

OCUPAR, POR SI SÓ, É RESISTIR. OCUPAR SENDO MULHER É RESISTIR DUPLAMENTE

A Casa de Referência Mulheres Mirabal e o corpo-território como levante

*TO OCCUPY, IN ITSELF, IS TO RESIST.
TO OCCUPY AS A WOMAN IS TO RESIST DOUBLY:
The Mirabal Women's Reference House
and the body-territory as an uprising*

Bárbara Rodrigues Marinho¹ e Daniele Caron²

Resumo

Este artigo busca contribuir, a partir de narrativas de mulheres, com o debate sobre a realização das ocupações feministas e os modos de resistência das mulheres no espaço urbano, para a construção de um outro discurso e um outro olhar sobre os territórios. Além disso, também são abordadas o uso da narrativa como perspectiva teórico metodológica, o conceito de corpo-território e são feitas reflexões que sobre a ideia força de corpo-território como levante, lugar de onde emergem as narrativas sobre o início da organização coletiva das mulheres para criação da Casa de Referência Mulheres Mirabal, ocupação urbana construída e coordenada pelo Movimento de Mulheres Olga Benario que existe e resiste há sete anos na cidade de Porto Alegre/RS. Palavras-chave: ocupação, mulheres, corpo-território, narrativa.

Abstract

Based on women's narratives, this article seeks to contribute to the debate on the realization of feminist occupations and women's modes of resistance in the urban space, in order to build another discourse and another look at territories. It also discusses the use of narrative as a theoretical methodological perspective, the concept of body-territory and reflections on the idea of body-territory as an uprising, the place from which the narratives emerge about the beginning of the collective organization of women to create the Casa de Referência Mulheres Mirabal, an urban occupation built and coordinated by the Olga Benario Women's Movement that has existed and resisted for seven years in the city of Porto Alegre/RS.

Keywords: occupation, women, body-territory, narrative.

¹ Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS, 2023); Pesquisadora no Margem_Lab (PROPUR/UFRGS); Arquiteta e Urbanista (UFRN, 2018).

² Docente da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS); Coordenadora do Grupo de Pesquisa Margem_Lab (PROPUR/UFRGS); Doutora em Urbanismo (Universidad Politécnica de Catalunya, 2017); Mestrado em Urbanismo (Universidad Politécnica de Catalunya, 2010).

Quem protege as mulheres vítimas de violência?

Este artigo busca contribuir com o debate sobre como a realização das ocupações feministas no espaço urbano possibilitam a construção de um discurso de outra ordem e também de um outro olhar sobre os territórios, partindo da ideia-força de corpo-território como levante. O locus de pesquisa é a Casa de Referência Mulheres Mirabal (CRMM), segunda ocupação urbana feminista da América Latina, que existe desde 2016, está localizada na cidade de Porto Alegre/RS e é coordenada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário (M MOB)³.

A principal função da Casa é acolher e abrigar mulheres em situação de violência doméstica que não tem um local seguro para ir enquanto se reestabelecem psicologicamente e financeiramente longe de seus agressores. As mulheres militantes do movimento acreditam que as ocupações, se bem organizadas e articuladas, abrem um caminho para o desenvolvimento de políticas públicas, formação política, de expansão do movimento e de transformação da vida das mulheres.

Além disso, a relevância da pesquisa, bem como da existência de espaços como a CRMM, está em tensionar e confrontar a estrutura patriarcal e capitalista em que vivemos, a qual explora e violenta diariamente nossos corpos. Busca ainda, dar visibilidade a luta das mulheres pela sobrevivência em um país que está em 5º lugar no ranking mundial de feminicídios⁴ frente ao Estado que segue mantendo as mulheres e seus filhos em situação de vulnerabilidade física, psicológica, social e econômica enquanto deveria cumprir seu dever de protegê-los.

Deve-se lembrar que a realização de denúncias junto ao Estado nem sempre é efetiva para as mulheres em situação de violência, já que as localizações dos equipamentos públicos de segurança e acolhimento muitas vezes estão, segundo Souza e Meletti (2020), distribuídos em diversas instituições distantes de seus locais de moradia, onerando os gastos com deslocamento. Além disso, existem inúmeras variáveis da vida urbana e cotidiana que dificultam a realização da denúncia, a exemplo de: como onde e com quem deixar os filhos e o horário de funcionamento destes lugares coincidir com o horário do expediente de trabalho.

Outro aspecto a ser considerado é que mesmo com quinze anos de existência da Lei Maria da Penha, ainda há uma escassez de equipamentos públicos que oferecem serviços especializados de atendimento e amparo as mulheres em situação de violência, como as Casas-abrigo e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM). Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em levantamento realizado entre os anos de 2018 e 2019, dos 5568 municípios brasileiros, apenas 417 possuem DEAM, o que corresponde a apenas 7,5% do total de municípios. Quanto as Casas-Abrigo de gestão municipal os números são ainda menores, equivalente a apenas 2,7%. Já em relação aos serviços especializados de enfrentamento à violência, apenas 20,9% dispunham de serviços de enfrentamento à violência contra mulheres e somente 9,7% ofereciam serviços de atendimento à violência sexual⁵. No estado do Rio Grande do Sul, apesar dos seus 497 municípios,

³ Este artigo é produto de uma dissertação de mestrado defendida em 2023, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), intitulada "EXISTO PORQUE RESISTO: A Casa de Referência Mulheres Mirabal como corpo-território e expressão política das lutas feministas no espaço urbano. A dissertação está disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/261795/001172616.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

⁴ Informação extraída de: <https://revistaafirmativa.com.br/luta-contra-a-violencia-a-mulher-brasil-ocupa-o-5o-lugar-no-ranking-mundial-do-femicidio/>

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. 2º edição, n. 38.

em apenas 23 deles estão presentes DEAM e a capital Porto Alegre, conta com uma única delegacia especializada (GZH, 2023)⁶.

Levando em consideração os dados de serviços de atendimento, junto as estatísticas de violência, espaços como a CRMM têm uma relevância ainda maior. Para se ter uma ideia, durante o ano de 2021, em média uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 7 horas, contabilizando 1.319 homicídios (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022). Apesar de uma leve redução nos casos comparado ao ano de 2020 em que ocorreram 1351 homicídios, os números seguem alarmantes. No Rio Grande do Sul segue também com números preocupantes, nesse mesmo ano foram registrados 26.309 casos de ameaça, 14.350 casos de lesão corporal, 1.676 casos de estupro, 83 casos de feminicídio consumado e 210 tentativas de feminicídio. Enquanto isso, somente na capital Porto Alegre, no ano de 2021, foram registrados 2.708 casos de ameaça, 1.978 casos de lesão corporal, 226 casos de estupro, 42 tentativas de feminicídio⁷ e 8 feminicídios consumados. Quanto aos registros de denúncias, o Relatório Anual da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, 2021), o número de petições, solicitações feitas referentes a casos de violência doméstica, chegou a 25mil. Esse total compreende um aumento de 257% em comparação com o período de outubro de 2019 e setembro de 2020.

Os números apresentados, no entanto, não são fidedignos a realidade, pois deve-se considerar a existência de subnotificações, que estão relacionadas principalmente, “as dificuldades no registro da denúncia decorrem de motivos diversos, que vão do medo de represálias, constrangimento, descrença na institucionalidade a barreiras econômicas e urbanas que cerceiam o acesso às instituições” (LACERDA, GUERREIRO E SANTORO, 2021).

As mulheres do MMOB, cansadas de verem diariamente outras mulheres sofrerem violência e serem vítimas de feminicídio e partindo do questionamento de “Quem protege as mulheres vítimas de violência?” resolvem se articular e iniciam um projeto político de construção de um território que hoje é referência para movimentos feministas em outros Estados e em outros países e que já acolheu e abrigou centenas de mulheres de várias localidades do Rio Grande do Sul, do Brasil e do mundo. Essas questões serão melhor debatidas ao longo do artigo.

Nossa voz é nossa história, por isso, narre: metodologia e procedimentos metodológicos.

Com o intuito de gerar uma melhor compreensão a quem nos lê, faremos um resumo acerca da abordagem teórico-metodológica e da análise discursiva utilizada na dissertação. Para o desenvolvimento da pesquisa, a abordagem teórico-metodológica escolhida foi a narrativa, a qual pode ter sua escolha justificada pela necessidade de aproximação com um outro tipo de produção do conhecimento, que aposta em uma epistemologia da experiência e que valoriza diferentes perspectivas sobre a realidade, preconizando, antes de qualquer coisa, caminhos para que os números ganhem nome, voz, corpo e forma. A fala e a escuta configuram-se aqui, como um processo de pesquisa, que possibilitam a construção de um espaço seguro para o surgimento de histórias que nunca foram contadas sobre a CRMM e sobre a vivência no espaço

2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf

6 GZH. Gaúcha. GZH, 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2021/08/infografico-veja-onde-ficam-e-como-contatar-as-23-delegacias-da-mulher-no-rs-cksous6bb003m0193rt2lsxed.html>. Acesso em: fevereiro de 2022.

7 Dados da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (2022).

urbano, seja ele público ou privado, por essas mulheres. Tais histórias podem nos contar sobre outros modos de vida, outras formas de organização coletiva e de pensar as cidades.

Quando uma mulher fala, ela carrega histórias de outras tantas vozes escondidas, apagadas, sussurradas, omitidas. Vozes que se mantiveram nas brechas, sem uma escuta capaz de tecer configurações urbanas que estructurem seus desejos e demandas. Essa fala das mulheres quando reconhecida e convocada, aceita e empoderada, a fala que advoga pelo comum, pelo compartilhamento dos recursos e pelo direito à existência poderá ser entendida também como um agenciamento coletivo de enunciação (CARON; TAVARES; MARINHO, 2022, p. 16).

Para desenvolver uma pesquisa que convoca a participação das mulheres que fazem ou fizeram parte e constroem ou construíram cotidianamente a CRMM ao longo da sua existência, definimos as narrativas como objeto de análise para chegar a uma compreensão de como esse corpo-território das mulheres se expressa na ocupação. Segundo o pensamento de Daniele Caron (2017, p.290), as narrativas permitem que o pesquisador tenha uma aproximação entre o mundo experimentado e as experiências do entrevistado de um modo mais amplo, compreendendo o significado dos elementos e processos de seu entorno através da evocação da memória. Ao trabalhar com narrativa, a intenção também é trazer à tona “Corpos, vozes e territorialidades que contêm em si outros modos de existir e persistir, de dar sentido ao tempo e ao espaço, aos seres e às coisas, que apelam pela legitimidade de seus valores e inspiram àqueles que se percebem sem saída nesse sistema” (CARON et al., 2020). Ao falar em memória, podemos nos referir a diversas culturas e várias partes do mundo, em que as mulheres cumprem um papel crucial na preservação e manutenção da história de seus povos – sendo responsáveis pela transmissão do conhecimento entre gerações, que vão desde as curas medicinais, questões referentes aos relacionamentos e comportamentos sociais, é o que diz Federici (2019):

As mulheres têm sido vistas historicamente como tecelãs da memória – aquelas que mantêm vivas as vozes do passado e as histórias das comunidades, que as transmitem às futuras gerações e que, ao fazer isso, criam uma identidade coletiva e um profundo senso de coesão. (FEDERICI, 2019, p.13)

Na visão da boliviana de origem aymara, escritora, ativista e artista Julieta Paredes (2010), a memória é como uma fonte valiosa dos saberes ancestrais de todas aquelas mulheres que vieram antes de nós, como nossas avós e tataravós, detentoras de conhecimentos científicos, sobre alimentação, educação e cultura que necessitam ser recuperados para o bem das futuras gerações. Michelle Perrot (1989, p. 15) também ressalta o valor da memória das mulheres ao mencionar que “a memória das mulheres é verbo. Ela está ligada à oralidade das sociedades tradicionais que lhes confiava a missão de narradoras da comunidade Aldeã”. Tal como nas comunidades e povos tradicionais, em que as mulheres são tidas como sábias e dotadas de um conhecimento que dever ser repassado, é preciso resgatar e potencializar as vozes e trocas de saberes entre as falas femininas, trazendo esse outro tipo de conhecimento para os espaços acadêmicos e de tomadas de decisão. É dessa forma que as mulheres têm sido silenciadas e até hoje excluídas de muitos lugares onde são tomadas decisões, privadas da possibilidade de

determinar a própria experiência e forçadas a encarar os retratos misóginos ou idealizados que os homens fazem delas. Estamos, no entanto, recuperando nosso conhecimento. Como uma mulher disse recentemente em um encontro para discutir o sentido da bruxaria, a mágica é: “Sabemos que sabemos” (FEDERICI, 2019, p.13).

A narrativa, portanto, serve como meio para entrar em contato com a experiência, que é onde o corpo-território dessas mulheres se materializa e pode ser percebido como “matéria ampliada, superfície extensa de afetos, trajetórias, recursos e memórias” (GAGO, 2020, p.109). Optar, então, pela narrativa como abordagem teórico-metodológica, se justifica pela necessidade de me aproximar de um outro tipo de produção que aposta em uma epistemologia da experiência e que valoriza diferentes perspectivas sobre a realidade, trazendo enunciados sobre outras formas de viver na cidade que costumam ser silenciados pela lógica dominante.

Para viabilizar os diálogos narrativos com as mulheres, foi preciso definir ao menos uma pergunta (aqui elaboramos duas), partindo do entendimento de que a narrativa amplia e pode derivar em múltiplas direções de análise de acordo com o interesse de pesquisa. Utilizamos então, o conceito de pergunta geradora da entrevista narrativo-episódica⁸, baseada na metodologia de trabalho utilizada na tese de (CARON, 2017). Logo, as perguntas elaboradas que aqui funcionaram como fio condutor do diálogo a ser estabelecido, foram as seguintes: “O que a Casa de Referência Mulheres Mirabal significa na sua vida? E o que ela significa para as mulheres na cidade?” As mulheres foram convidadas a refletirem e narrarem, individualmente, sobre o significado individual e coletivo da Casa de Referência Mulheres Mirabal. A primeira pergunta geradora abre o diálogo, fala de modo amplo da Casa Mirabal e a vida e experiência individual dessa mulher, permite deslocamentos no tempo e no espaço que não podem não estar diretamente ligadas a problemática de pesquisa. A segunda pergunta traz aprofundamento no urbano, na tentativa de compreender que sentidos esse território carrega na cidade e na vida urbana das mulheres.

Buscamos com essas perguntas, retomar o saber reproduzido e transmitido através da oralidade, do diálogo que proporciona o fortalecimento de laços e a troca de conhecimentos. O foco aqui é na importância da memória e da narrativa das mulheres como ferramenta de sobrevivência de diversas histórias, sobretudo aquelas experiências urbanas relacionadas à construção da ocupação pelo Movimento de Mulheres Olga Benário e todas aquelas que somaram junto nessa luta pela vida das mulheres.

Para que pudéssemos entrar em contato com essa experiência e esse conhecimento passado de mulheres para mulheres por meio de narrativas, contudo, foi crucial um longo processo de reconhecimento em campo. Nesse sentido, foi importante também uma aproximação de alguns referenciais vinculados a processos etnográficos (CARON, 2017; ROCHA e ECKERT, 2008; INGOLD, 2016), os quais serviram de base para constituir processos de escuta com as mulheres da CRMM.

Por fim, a inspiração na etnografia foi um caminho necessário para que a perspectiva teórico-metodológica da narrativa fosse aplicada, uma vez que é nesse espaço de convívio e trocas cotidianas que se dão as aproximações e se criam os laços de confiança com as mulheres, no entendimento das dinâmicas e dos limites e quebras de barreiras que só acontecem após algum tempo em contato com o cotidiano daquela

⁸ Segundo Caron (2017) a entrevista narrativa- episódica consiste em formular uma pergunta geradora que impulse o início da narração. Além disso, coloca em evidência um conhecimento episódico que surge a partir das experiências, situações e acontecimentos concretos, assim como um conhecimento semântico baseado nos conceitos que emergem dessas experiências e se generalizam.

realidade da qual me propus adentrar.

A produção de narrativas teve como ferramentas as entrevistas individuais não estruturadas, leituras coletivas e produção de mapas coletivos com as mulheres. A primeira atividade aconteceu a partir dos contatos cotidianos com a Casa de Referência Mulheres Mirabal, o que tornou possível decidir quem seriam as narradoras do estudo que trariam pistas em suas falas sobre o corpo-território das mulheres e a produção do comum naquele território. No total, participaram nove narradoras, pertencentes a quatro grupos: ex-coordenadoras da casa, coordenadoras da casa, ex-abrigadas e abrigadas. Selecionar e trabalhar com os grupos de narradoras exigiu a inserção e aproximação cotidiana nas atividades da casa. As coordenadoras e ex-coordenadoras foram convidadas pelo papel que cada uma delas desempenha naquele território. Para a escolha das abrigadas, foi preciso sentir quais eram as mulheres que davam maior espaço e abertura para diálogos. Quanto às ex-coordenadoras e ex-abrigadas, não existiu dificuldade de acessá-las, visto que existe uma relação duradoura com a maioria das mulheres que já passaram pela CRMM.

Para a análise discursiva do acervo narrativo (*corpus* da pesquisa) produzido, composto pelo diário de campo, pelas narrativas individuais das mulheres. A análise do *corpus* foi feita baseada na metodologia utilizada por Caron (2017). Com as nove narrativas produzidas, as falas foram transcritas, parte do trabalho que requer dedicação e escuta atenta aquilo que foi dito. Este é um momento de reflexão e contato com a história de cada narradora, em que é preciso se deixar afetar nas longas horas de ouvindo e re-escutando os relatos, apreendendo e se aproximando cada vez mais do conteúdo explícito e implícito contido nas narrativas. Esta parte da análise pode ser pensada como fragmentação (CARON, 2017), na qual o discurso se apresenta como miríade de possibilidades e que exige uma atitude de abertura da pesquisadora. Vale salientar aqui, que a análise do corpus levou tempo, e assim como a transcrição estava para a escuta, a fragmentação passou por diversos momentos de leitura e releitura, em processo lento e não-linear.

A categorização que na pesquisa de Caron (2017) se dá em torno de temas-índices (BARTHES, 2011), aqui se organiza por meio do que chamamos de ideias-força. Assim como nas pesquisas da autora, o conjunto de temas nos sugere a existência de uma relação processual, sequencial e subordinada: (1) levante: onde emergem as narrativas sobre o início da organização coletiva das mulheres para construção da Mirabal, sobre como tudo começou; (2) campo de batalha – onde aparecem as disputas de narrativas e o corpo-território emerge como luta contra as constantes violências do Estado e da mídia contra as mulheres; (3) construção do comum – tudo aquilo que é apreendido e que difere da lógica capitalista – individual e voltada ao valor de troca da cidade – que tratam a cidade como mercadoria⁹ – para dar lugar ao valor de uso, priorizando as relações humanas no espaço urbano. Nesse artigo, trabalharemos somente a partir da ideia-força de “corpo-território como levante”, sendo o *locus* de pesquisa a Ocupação Mulheres Mirabal (hoje conhecida como Casa de Referência Mulheres Mirabal).

A partir daí, foram feitas reflexões sobre como a Casa de Referência Mulheres Mirabal se materializa enquanto corpo-território. Corpos que, nas palavras de Gago (2020), ao se tornarem território, tornam-se uma espacialidade que se contrapõe ao confinamento

⁹ A cidade como mercadoria faz parte da lógica neoliberal de produção espaço urbano, fazendo parte de um conjunto de práticas, discursos e dispositivos entre o Estado e especuladores que tem como política principal, a livre concorrência e a privatização de imóveis, terrenos e espaços públicos que deveriam servir ao bem-estar da população a partir de uma função social. O que acontece, no entanto, é a entrega da cidade ao capital privado, favorecendo a manutenção de desigualdades sociais de classe, gênero e raça, já que o acesso a moradia, equipamentos e serviços urbanos fica restrito a poucos.

doméstico e que pode ser reafirmada a partir das palavras da narradora Nana (2022), ao dizer que “(...) um espaço como a Mirabal, é a saída desse espaço doméstico diretamente para o espaço de problematização deste ambiente doméstico.”

Tomamos ainda, como pressuposto, a necessidade de ampliar vozes que foram silenciadas e que por séculos foram deslegitimadas e depreciadas, por obstáculos impostos aos diálogos e trocas de experiências cotidianas entre as mulheres e suas experiências, de modo a constituir uma nova ordem discursiva sobre o espaço urbano e a sociedade.

As ocupações de mulheres surgem como potência: de experimentar espaços autogestionados e de reivindicar ao Estado o direito à cidade. A cidade pensada para nós mulheres, serve também como termômetro de bem-estar para as demais cidadãs e cidadãos, sobretudo as dissidentes, excluídas do pensar-urbano. É, inclusive, dessa potência entre corpo-presença-coletividade-teoria-prática que essa pesquisa busca se apropriar para começar a tomar forma, ajudando a compreender que são dos rasgos, fissuras, rachaduras e das “flores que nascem no asfalto” que nós, mulheres, construímos essa transformação.

Transformação essa que vêm da potência de união de mulheres, que nas palavras da narradora Natália Esnaola (2022) é “mais do que simplesmente “só estamos juntas porque nos gostamos”, mas estamos juntas porque temos esse ideal de uma construção em comum, de um trabalho que vai ser feito coletivamente”. Trabalho que remete a uma potência que, a meu ver, se alinha à ideia força de corpo-território.

Corpo-território: da conjunção das palavras à ampliação de seu sentido

Ao articular as palavras corpo e território, é possível dar a devida importância às múltiplas escalas do território, chegando à “escala mais micro, mais íntima, que é o corpo”, “primeiro território de luta” (HERNANDEZ, 2017, p.10). Essa ideia está inserida no debate do conceito de corpo-território, discutido por Verônica Gago (2020), Delmy Hernández (2020; 2019) e Lorena Cabnal (2010). A partir da experiência de interlocução narrativa com as mulheres que compõe a Casa de Referência Mulheres Mirabal, busca-se ampliar os sentidos e significados dados ao conceito.

O corpo-território, segundo Gago (2020) é um conceito político que evidencia como a exploração dos territórios comuns ou comunitários e como os corpos individuais e coletivos são violentados por meio da exploração e espoliação desses territórios e as consequências e quais impactos são gerados na vida cotidiana das populações. A espoliação a qual a autora se refere diz respeito à bens comuns, como a água, a terra, a natureza e direitos inalienáveis, como a moradia.

Para Delmy Hernández Cruz (2017) o corpo que é visto como território pode ser em si mesmo, um espaço, um território lugar, o qual ocupa um espaço no mundo e em que se pode vivenciar todas as emoções, sensações, reações físicas, para encontrar assim, um lugar de resistência e resignificação. Podemos ver como a aposta metodológica e conceitual do corpo-território nos dá a possibilidade de criar mapas onde identifiquemos a violência sofrida pelos nossos corpos e tornar visível como elas se conectam com as invasões aos territórios e a repressão seletiva, que busca minar a soberania de corpos e territórios. Ouvimos como há similaridades em cada vivência dos territórios ou nos corpos e isto se dá porque as lutas se entrelaçam (HERNANDEZ, 2015, p.6, tradução nossa). Pensar em corpo-território de forma unificada, é estratégico, uma vez que “a conjunção das palavras corpo-território fala por si mesma: diz que se é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da

paisagem” (GAGO, 2020, p.107).

Problematizar esse espaço doméstico confinado é, portanto, estabelecer uma lógica de extrapolar as maneiras convencionais de combate à violência, para além do resgate e do refúgio, criando modos mais densos de defesa e autodefesa à vida: “Autodefesa, assim, promove um deslocamento na análise da questão, tratando como solução do problema a organização dos coletivos em condições de despojo estrutural” (GAGO, 2020, p.90).

As defesas entre território-terra e território-corpo devem ser indissociáveis (CABNAL, 2019). Ou seja, há uma incoerência política em quem não luta pela proteção dessas duas esferas da vida. Na concepção da feminista comunitária, ao se indignar com a espoliação e extrativismo dos bens comuns, mas não ter nenhuma sensibilização quanto às violências que as mulheres sofrem, há um rompimento na rede da vida, na possibilidade de construção de um novo mundo. Complementa ainda que “a mesma reflexão vale na lógica inversa. Se queremos feminismos que defendam os corpos emancipados, mas esses feminismos não falam de territórios emancipados, então a luta do feminismo não se sustenta. Eu não posso ser feminista se falo da defesa do meu corpo, da sexualidade, mas não defendo a terra. O feminismo precisa defender a terra. Afinal, onde vão viver os corpos emancipados?” (ibid., 2019).

Após uma tomada de consciência, as mulheres saem do lugar de vítimas a que lhes foi designado para “(...) inaugurar uma palavra política que não apenas denuncia a violência contra o corpo das mulheres, mas que também abre a discussão sobre outros corpos feminizados” (ibid.,2020, p.72). Sair da posição de vítima é entender o que hooks (2019) quer dizer ao ser contra a aproximação de mulheres a partir de uma “vitimização compartilhada”, ou seja, pela união de mulheres que se dá somente a partir da opressão.

As lutas das mulheres deslocadas dessa posição de vítima e sua presença nos movimentos sociais para reivindicação de seus direitos e contra o sistema capitalista-patriarcal-racista torna-se, portanto, crucial para uma verdadeira transformação social e para o que chamaremos a seguir de “corpo-território como levante”.

Ocupar, por si só, é resistir. Ocupar sendo mulher é resistir duplamente: o corpo-território como levante.

Ao pensar em corpo-território como levante, estamos falando da desacomodação dos corpos das mulheres que decidem se unir e não aceitar mais as opressões e violências sofridas e nem tampouco que as cidades estejam moldadas dentro de uma lógica excludente e universalizante. Também estamos falando do lugar onde emergem as narrativas sobre o início da organização coletiva das mulheres para construção da Mirabal, sobre como tudo começou, de como surgiu a tomada de decisão para construir uma ocupação feita por mulheres e para mulheres.

É necessário saber que a história da Casa de Referência Mulheres Mirabal está atrelada antes de tudo, a um movimento social: o Movimento de Mulheres Olga Benario (MMOB), que se trata de um movimento feminista classista/feminista marxista que surgiu em março de 2011, a partir da formação de uma delegação brasileira rumo à 1ª Conferência Mundial de Mulheres de Base, realizada em Caracas, na Venezuela. Logo após esse encontro, ainda em 2011, foi realizado o primeiro seminário nacional de construção do movimento, em João Pessoa, na Paraíba. Segundo a Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benario (2021), o movimento surgiu da necessidade de organização das mulheres brasileiras para lutar contra a violência, a opressão, a exploração da

mulher e as injustiças existentes na sociedade capitalista, racista e patriarcal. Em seus dez anos de existência, o movimento já está presente em quinze estados do Brasil com o propósito de que as mulheres estejam cada vez mais organizadas para combater as opressões e violências e lutar de forma organizada pelos seus direitos. Em Porto Alegre, o MMOB teve início em 2014, ano que coincide com a aprovação do Projeto de Lei (PL) (282/2014) na Assembleia Legislativa do RS que, a pedido da gestão do Governo de José Ivo Sartori, alterou a estrutura administrativa do poder executivo estadual, reduzindo a quantidade de secretarias de 27 para 19, o que culminou na extinção diversas secretarias, incluindo a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM). Os anos seguintes foram marcados pelos avanços dos governos de extrema-direita e vieram acompanhados de inúmeros retrocessos, entre eles: a diminuição de políticas públicas e os cortes nos recursos destinados à proteção das mulheres e ao combate as violências de gênero.

Dessa forma, as mulheres do MMOB perceberam que era preciso ir além nas lutas feministas e construir uma ação coletiva efetiva que pudesse salvar a vida das mulheres da capital gaúcha. A inspiração para fazer a ocupação de um imóvel vazio que constituiria a Casa de Referência Mulheres Mirabal, veio de dentro do próprio MMOB.

Em 08 de março de 2016 (Dia de Luta Internacional das Mulheres)¹⁰ na cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais, foi feita a primeira ocupação de mulheres da América Latina, atual Casa de Referência da Mulher Tina Martins¹¹ que aconteceu em um prédio ocioso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que estava desocupado desde 2010.

As mulheres do Movimento Olga começaram a questionar os moldes atuais das relações de submissão e opressão no ambiente doméstico e no espaço urbano, bem como a precariedade nas políticas públicas voltadas para mulheres, entendendo assim, a necessidade de transformações nessa realidade e se colocando diante de uma mobilização do corpo-território – a qual pretende resistir e impulsionar outros modos de vida:

O corpo território impulsiona a invenção de outros “territórios existenciais” (...) Saímos do confinamento doméstico construindo outros territórios domésticos que não obrigam ao trabalho gratuito não reconhecido e que não exigem promessa de fidelidade ao marido-

¹⁰ “O Dia Internacional das Mulheres teve origem no movimento operário e se tornou um evento anual reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Suas sementes foram plantadas em 1908, quando 15 mil mulheres marcharam pela cidade de Nova York exigindo a redução das jornadas de trabalho, salários melhores e direito ao voto. Um ano depois, o Partido Socialista da América declarou o primeiro Dia Nacional das Mulheres. A proposta de tornar a data internacional veio de uma mulher chamada Clara Zetkin, ativista comunista e defensora dos direitos das mulheres. Ela deu a ideia em 1910 durante uma Conferência Internacional de Mulheres Socialistas em Copenhague. Havia 100 mulheres, de 17 países, presentes, e elas concordaram com a sugestão dela por unanimidade. A data foi celebrada pela primeira vez em 1911, na Áustria, Dinamarca, Alemanha e Suíça. E seu centenário foi comemorado em 2011 — então, neste ano, estamos tecnicamente comemorando o 111º Dia Internacional das Mulheres. Mas o Dia Internacional das Mulheres só foi oficializado em 1975, quando a ONU começou a comemorar a data. E se tornou uma ocasião para celebrar os avanços das mulheres na sociedade, na política e na economia, enquanto suas raízes políticas significam que greves e protestos são organizados para aumentar a conscientização em relação à contínua desigualdade de gênero.” BBC. O que é o Dia Internacional das Mulheres e como começou a ser comemorado?. BBC, 8 de mar de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60646605>. Acesso em: janeiro de 2023.

¹¹ BELO HORIZONTE. Casa Tina Martins. Prefeitura de Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-degoverno/politica-urbana/2018/planejamento_urbano/vcmput/iniciativas/13.CASA_TINA_MARTINS.pdf. Acesso em: outubro de 2022.

proprietário. Tomamos as ruas e delas fazemos uma casa feminista (GAGO, 2020, p.128).

Parte da história do levante desse corpo-território da Mirabal pode ser reconstruída por meio das falas de seis das narradoras, as quais estiveram presentes desde o início da ocupação e da idealização desse território de luta. Algumas delas estão à frente coordenação, outras continuam no MMOB, mas por ora estão mais afastadas do trabalho que envolve a Casa. Logo no início das falas, essas narradoras, ao serem indagadas a partir da pergunta geradora “O que a Casa de Referência Mulheres Mirabal significa na sua vida? E o que ela significa para as mulheres na cidade?” já trouxeram como sua primeira memória o início na Mirabal. É o caso da narradora Gêssica Oliveira que logo no início da sua fala, rememora como foi o processo de pensar e construir a ocupação desde o início.

Ó a pergunta é bem abrangente... Assim... eu fico pensando, a primeira coisa que me vem na cabeça é o começo da Mirabal. Assim, quando a gente tirou essa ideia de fazer uma ocupação que antes era uma ideia de fazer uma ocupação por moradia para mulheres, então era uma ideia de fazer uma parceria do Olga com o MLB, o Olga aqui ainda era muito, muito novo, muito incipiente, e daí a gente percebeu que tinha condições e isso que ia ser muito bom. A exemplo das gurias, lá de Minas Gerais, que fizeram a Tina Martins, a gente se inspirou muito assim e começou a trabalhar muito para construir a Mirabal. Reuniu muito núcleo, dá muita ideia. No início, tinha muita gente duvidando, né? “ah, uma ocupação só de mulheres. É muito perigoso...” “botar essas mulheres em risco de vida” Então a gente foi, não é? Questionada de todos os cantos e quando é efetivamente assim, aconteceu a ocupação a gente começar esse trabalho do zero, um trabalho que não tinha muita ideia, não tinha um histórico, não tinha onde a gente se embasar assim, foi muito construído enquanto caminha e foi um desafio muito louco. Apesar de ter sido muito bom (GÉSSICA OLIVEIRA, ex-coordenadora).

Apesar de todos os questionamentos do potencial coletivo das mulheres de pôr em prática uma ação efetiva e combativa, a ideia permaneceu viva e foi executada. Pelas palavras de Gago (2020), mover esse corpo-território não tem a ver com o medo desaparecer e deixar de existir, mas sim, sair da posição pacífica e de silenciamento diante das violências cotidianas. É possível também pensar esse movimento a partir da ideia de Julieta Paredes: transformar o corpo tanto em instrumento de luta quanto de reflexão. Ao contar sobre o ponto de partida para construção dessa ação efetiva de combate à violência contra as mulheres, a narradora Priscila Voigt, que esteve desde o início do processo de idealização da CRMM, fala do quão as medidas convencionais de enfrentamento acabam sendo insuficientes para enfrentar esse problema que é estrutural.

Primeiro que a gente teve uma experiência no oito de março de dois mil e dezesseis que foi lá em BH que foi a Casa de Referência Tina Martins, é... e que elas também tiveram muito e a gente já vinha discutindo aqui no Estado também é... a importância de ter um espaço só para as mulheres, não é? de abrigo de acolhimento e de receber muitas denúncias e muito pedido de apoio assim de ajuda, de como denunciar, de como ir na delegacia, de medida protetiva, então o movimento acaba recebendo muito dela. E então a gente já vinha pensando nisso, não é? como é nosso movimento ele é incrível, que tem a mesma linha que lá das companheiras que estavam

pensando nisso, fizeram uma ação concreta e a gente também já estava pensando, não é? mas a gente conseguiu aí desenvolvendo novembro, não é? de dois mil e dezesseis (...) porque só a medida protetiva e só o boletim de ocorrência não adianta as mulheres... (Narradora Priscila Voigt).

O período também coincidiu com a ocupação das escolas e universidades públicas por parte dos estudantes e das estudantes secundaristas e universitárias contra à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, que estabelecia um teto de gastos públicos por até 20 anos, gerando prejuízos principalmente na saúde e na educação. No momento de tensionamento das greves estudantis que ocorreram entre os meses de outubro e novembro de 2016, afloraram diversos debates político-sociais, fazendo com que muitos jovens despertassem para necessidade de organização e luta coletiva, dados os retrocessos que cresciam de modo vertiginoso. Foi o caso da narradora Júlia, que acabou se aproximando do MMOB nesse momento.

Então, eu sinto que em 2016 foi um ano em que teve muitas mobilizações políticas que eu comecei a participar, hmmm e uma delas que foi logo antes da Mirabal, foi a ocupação da universidade, né? Em relação à PEC e de entender o impacto político que eu ia ter e de começar a perceber o quanto eu tava alienada. Então, ao mesmo tempo, que a universidade é tipo, foi onde eu tive o contato com essas pessoas, né? Que estavam lá ocupando, que me convidaram depois para participar destas reuniões de mulheres, também eram um espaço onde a cobrança do estudo, de estar sempre correndo atrás e num ritmo absurdo faz com que a gente, este mesmo espaço que mostra um pouco disso, te aliene muito, né? E aí a eu sinto que eu comecei a me identificar muito também, não é? (Narradora Júlia).

A articulação do corpo-território é também um processo de reconhecer a corporalidade individual como território único e que proporcione um fortalecimento no sentido de afirmação de sua existência de ser e estar no mundo (CABNAL, 2010). Além disso, trata-se de um amadurecimento na compreensão das conjunturas de violência e injustiça social. A partir daí, é quando se busca, segundo Gago (2020) através da coletividade, reconceitualizar de forma precisa esses conflitos e, na prática, fazer mudanças conjunturais potentes e que ao mesmo tempo, trazem transformações nas vidas cotidianas. O momento de organização das mulheres pré-ocupação do imóvel da Congregação Salesiana pode ser lido como o movimento de levante desse corpo-território das mulheres. É o momento que elas se reúnem para construir e pensar um espaço de luta e resistência revolucionário para Porto Alegre, para o Estado do Rio Grande do Sul e até mesmo para a América Latina.

E aquele dia a gente falou, “dependendo de como for as atividades, aí a gente faz, se não vier tantas companheiras, a gente não faz.” E veio! E Veio muita mulher, cara. E foi uma loucura quando eu entrei naquela sala de reuniões, eu vi um monte de gente que eu nunca tinha visto na minha vida. E muito assim, umas caras de tipo, nossa, vamos dominar o mundo, sabe? Vamos fazer, vamos fazer acontecer e tudo gente nova para caramba, tudo, guria nova, guria e muito nova assim, desde o Morro da Cruz até guria que veio do interior recém, bem assim a gente tinha um pouco de tudo. E aí a gente conversou, deu a ideia real que até então a gente não tinha dito efetivamente “a gente quer fazer uma ocupação de mulheres, por mulheres, para mulheres.” Aí a gente pontuou assim, falou: “É isso que a gente quer fazer. Vocês topam? vocês estão com a gente?”

e a gente ainda estava receosa, né? De que estivessem com medo disso, medo daquilo. E não foi essa resposta que a gente teve, foi uma resposta de “vamos fazer! quando que a gente vai fazer e daí a gente já renovou as esperanças, os espíritos. Sim, aí a gente decidiu. Qual é o dia marcante que a gente tem próximo? a gente viu, ah, 25 de novembro é o dia, pô, do combate à violência. Vai ser nesse dia! Daí, a partir daí a gente já começou a se organizar para isso. Assim, foi bem rápido (...) (Narradora Gêssica).

A narradora Júlia, que na época em que concedeu essa narrativa era coordenadora da CRMM, era uma dessas mulheres que apareceram nessa reunião. Na sua fala, ela conta como a oportunidade de estar se unindo a mulheres para construção de uma luta coletiva trazia sensação do poder e transformação do cenário da violência de gênero. Em outros termos, usando as palavras de Lorena Cabnal (2010) isso pode significar uma recuperação e defesa do corpo, implicando de maneira consciente em provocar uma desmontagem dos pactos masculinos que costumamos conviver e, até mesmo, desmontagem do que entendemos para nossos corpos femininos e assim, podermos alçar uma liberdade.

Primeiro foi a essa reunião de mulheres que a gente participou, que foi na quarta-feira. Sexta-feira foi dia 25. Na quarta, dia 23, que a gente participou à noite desta reunião assim e foi uma plenária, em que tipo conheciam muitas mulheres que estavam lá muito engajadas e muito dispostas dentro de uma ocupação urbana, que naquele caso era a Lanceiros Negros¹², né? Ali que já estavam na prática mostrando que estavam lutando por moradia e que estavam dispostas a construir um espaço para lutar contra a violência assim, né? E aquilo brilhou muito os olhos assim, né? Na ideia, tipo, eu quero fazer parte disso. Eu quero, né? Estar junto nesse espaço, quero assumir esse papel de estar junto nessa luta. E aos poucos, assim, os primeiros momentos já foi uma sensação muito boa, de tipo... Eu entendo que é isso que é o poder popular, assim, de tipo, a gente se sente muito forte, não é? De ver que são várias mulheres que se organizaram aí (Narradora Júlia).

A organização coletiva das mulheres, antes mesmo de se concretizar a ocupação do imóvel, já demonstra uma desacomodação das estruturas hegemônicas de poder. Quando temos dezenas de mulheres saindo de seus lares para articular uma ação transformadora da realidade pela vida das mulheres, vê-se, pouco a pouco, esse corpo-território ganhar forma e força.

Então sobre o dia que a gente ocupou, né? A gente teve vários momentos assim, de estudar quando a gente ia ocupar... Teve muitos momentos que a gente pensou, se questionou muito, será que a gente tem mulheres suficiente para fazer essa ocupação? Será que isso vai dar certo? Será que a gente realmente faz só com mulheres? que era uma dúvida que a gente tinha. Será que a gente consegue fazer isso só com mulheres? Será que a gente não chama os companheiros para nos dar uma salvaguarda, estar ali junto com a gente? então,

12 Durante meu percurso como pesquisadora e na convivência com as narradoras, pude apreender a partir de conversas informais e nas narrativas, a forte relação da CRMM laços estreitos com a Ocupação Lanceiros Negros (OLN) – ocupação do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB) que serviram como ponto apoio mútuo, tecendo fortes alianças durante o período de planejamento e ocupação da Mirabal, bem como da reintegração de posse da OLN, em junho de 2017.

hmm, a gente marcou um dia que foi para fazer o teste mesmo. Será que a gente tem essa condição e a gente decidiu pegar para provar? A gente marcou uma reunião de noite, assim super tarde, era nove horas da noite, se não me engano, lá no antigo Lanceiros Negros, lá no Centro da cidade. E a gente chamou, a gente passou muito tempo mobilizando, foi reunido o núcleo, reunião plenária, na PUC, na UFGRS, em outros lugares. E aí a gente chamou fazer chamada para todas as mulheres que a gente conhecia, falou para as mulheres chamarem outras mulheres, inclusive, foi até ali que a própria Ju veio, inclusive, né? Foi um contato de um contato que estava lá (Narradora Gêssica, ex-coordenadora).

O imóvel escolhido para ser ocupado estava localizado na avenida Duque de Caxias, 380, bairro Centro Histórico, na cidade de Porto Alegre. Ele pertence à Congregação Salesiana, onde anteriormente funcionava o Lar Dom Bosco¹³, um orfanato coordenado pela instituição e que estava fechado há mais ou menos dois anos.

Decidiu-se que a ocupação seria realizada no dia 25 de novembro, data em que no ano de 1960, as irmãs Minerva, Pátria e Maria Teresa, conhecidas como irmãs Mirabal ou *Las Mariposas*, após uma emboscada, foram assassinadas na República Dominicana pelo governo ditatorial do ditador Rafael Leónidas Trujillo. A motivação do assassinato tem relação com a resistência que as três irmãs faziam contra a ditadura no país em que viviam. Em 1999, a ONU reconheceu a data da morte das irmãs como o Dia Internacional da não-violência Contra a Mulher. A narradora Priscila Voigt, considera importante usar datas simbólicas para realizar as ações do movimento, visto que trazem um importante caráter combativo na luta das mulheres.

A narradora Gêssica conta como compreendeu a potência do que estava sendo construído ali pelas quase cem mulheres presentes no dia da ocupação e a importância de estarem chamando a atenção e fazendo história na cidade de Porto Alegre desde o primeiro momento.

E aí, a gente entrou e já foi descobrindo o que funcionava, o que que não funcionava, o que que era, o que era um lugar gigante, um lugar enorme lá na Duque de Caxias e aquela ansiedade gigante de um medo assim e ao mesmo tempo, assim, sabendo que estava fazendo história, acho que todas as minas estavam naquele momento, sabiam que estavam fazendo um negócio que era histórico para caramba, que era forte demais e a gente tinha muito, muito medo da represália. Como seriam com uma ocupação só de mulheres, como seria reprimido pelo aparato repressor da polícia e até foi muito tranquilo, né? Aquela específica experiência, né? Que o segurança, assim que a gente entrou, liberou alarme, os agentes de segurança institucionais lá, que acho que era ruber, não lembro, uma empresa lá, foi lá, ficaram lá. “Ah vocês tão entrando aí? Então tá bom” acionaram a brigada. Daqui a pouco nos deram tchau “é, importante na vida das mulheres” e foram embora. E aí a gente ficou “Meu, é isso aí, cara. A gente tem que fazer mais isso assim.” E aí foi, né? A gente fez aquela fala de início para a gente entender e lembrar por quem que a gente estava lá, porque que a gente entrou naquele lugar e por

13 Sul21. Mulheres ocupam prédio no centro de Porto Alegre por mais vagas em abrigo e assistência. Sul21, 25 de nov de 2016. Disponível em: https://sul21.com.br/cidadesz_areazero/2016/11/mulheres-ocupam-predio-no-centro-de-porto-alegre-por-mais-vagas-em-abrigo-e-assistencia/. Acesso em: março de 2021.



que que a gente ia resistir, que não ia ser fácil, mas a gente ia resistir. (...) A gente perdeu algumas no caminho, assim que “Ah, era muito trabalho. Não era isso que eu queria”, mas a gente conseguiu aí fazer um grupo grande, chamar atenção da cidade, de engajar ainda mais mulheres e a coisa desandou assim dentro positivo, né? A coisa se desenrolou de uma maneira que nos permite hoje estar aqui nessa escola gigante (Narradora Gêssica, ex-coordenadora).

A narradora Andressa Guedes, hoje ex-coordenadora¹⁴, que iniciou sua participação no MMOB e na Mirabal no dia da ocupação. Em sua fala, ela conta como se familiar com as pautas feministas e acreditar na força da construção coletiva das mulheres nessa luta, mas que somente depois de um tempo foi entender o real propósito de estarem ali.

Então, falar sobre o que que a Mirabal representa para a minha vida é, na verdade, é uma muita coisa. Assim, porque eu iniciei na Mirabal, assim foi em 2016, junto ocupando o prédio, né? Lá no dia 25 de novembro, e eu não esperava que fosse gerar tudo isso, né? A gente está há 5 anos hoje com ela. E eu não sabia que o objetivo era para ser um espaço que era para abrigar mulheres em situação de violência doméstica. Na época, assim, eu pensei que era para ser uma ocupação de mulheres, sei lá, por moradia e tal. Depois, assim, conversando mais com as gurias do movimento que eu fui perceber,

14 Na época em que conversamos, em março de 2022, Andressa ainda era coordenadora da CRMM. Afastou-se do posto no final de 2022.

Figura 1 - Colagem a partir de capturas do vídeo da ocupação em 25 de novembro de 2016. Fonte: Coletivo Catarase. Editado pela autora.

né? Que eu fui entender o qual o real objetivo assim (Narradora Andressa Guedes, ex-coordenadora).

Ao tomar a decisão de ocupar imóveis ou terrenos vazios, sejam eles públicos ou privados que não estejam cumprindo a função social da propriedade, os movimentos sociais feministas que adotam a noção do corpo-território instauram o que Gago (2020) denomina de cartografia política de conflito e evidencia outro caminho para aquilo é despossuído e que pode ser explorado em nome de um bem comum. É necessário constituir outros territórios que desafiam as relações de poder, onde ocupar seja não só reivindicar, mas subverter a lógica da cidade da propriedade privada e da vida individualizada.

Por isso, a ideia de ocupar um espaço ocioso, ultrapassa os limites legislativos e não se restringe somente à reivindicação pelo cumprimento da função social da propriedade, mas busca “alternativas possíveis de organização da vida coletiva e agenciamentos espaciais” (ROLNIK, 2019, p.39). Para a autora, é isso que vai diferenciar os movimentos sociais atuais dos que se organizavam em uma geração anterior, pois “trata-se não apenas de uma tática de empoderamento para fazer reivindicações ao Estado, mas também de processos coletivos de construção de “contra espaços”, um conglomerado híbrido de práticas que, nas margens, fissuras e porosidades, prototipam futuros” (ROLNIK, 2019, p.39).

Nesse contexto, a Mirabal pode ser compreendida como um território de confrontação: ao mesmo tempo que tensiona o sistema patriarcal e capitalista, ocupando e dando uma função social aos imóveis vazios, se instaura em uma lógica que subverte a ideia de propriedade privada sustentada em termos de uso e não de troca.

Duvido que se fizesse um plebiscito, cara, justo, não é? Uma campanha justa. As pessoas não iam dizer que tem que expropriar todos os prédios abandonados em Porto Alegre. Claro que sim, absurdo, cara, deixar prédio fechado. E o próprio Estado tem um monte de prédio fechado. Até os liberais vão dizer que tem que vender, não tem que vender, para quem tem que se expropriar e o bairro pensar o que construir desses prédios, o que está precisando de equipamentos (Narradora Nana).

De acordo com Diana Helene (2019), é no cotidiano dessas ocupações que se constroem outras formas de “morar”, resistir e existir coletivamente, estruturando alternativas às soluções ineficientes do Estado. A autogestão como base de organização das ocupações possibilita ainda uma experimentação de rompimento com lógicas capitalistas de produção e organização do espaço habitacional. Os valores debatidos e construídos coletivamente visam ao bem-estar da comunidade de ocupantes, em especial daqueles mais vulneráveis, dos quais destacamos aqui aqueles do gênero feminino (HELENE, 2019, p.963).

(...)Então para mim é isso, a Mirabal foi uma experiência revolucionária. Na minha vida pessoal, como indivíduo. Eu sou uma nova mulher assim. Depois da de todas as coisas que eu passei e vi aqui e aprendi aqui. E também acho que é uma experiência revolucionária assim para a própria cidade, não é? Não sei se a pergunta dois é isso, não é? Eu tenho certeza assim que a Mirabal a ela, é o principal trabalho de massa, assim. Do movimento feminista na cidade, é a Mirabal. Tem várias ações e várias coisas acontecendo, mas de massa, assim, de trabalho de base mesmo, é a Mirabal (Narradora Nana, coordenadora).

O trecho acima, suscita o que Gago (2020) compreende como espaço crucial no feminismo de massas: onde é possível ter uma leitura ampliada do mapa das diferentes violências de gênero que existem dentro da sociedade, possibilitando a construção de um pensamento e análise interconectada.

Adotar essa postura de pensar espaços que atendam ao bem-estar coletivo, é um dos pontos-chave dos movimentos feministas que se aproximam da noção de corpo-território que “põe em discussão também o contorno da espacialidade que não está normatizada pela propriedade individual. Corpo-território pode postular-se como imagem antagônica ao caráter abstrato do indivíduo proprietário da modernidade (neo) liberal” (GAGO, 2020, p. 123).

Então, a Mirabal desafia. Desafia o papel da mulher, porque aqui a gente tem mulher que acolhe, a gente tem mulher que é acolhida, a gente tem mulher que fica de guarda na rua, a gente tem mulher que constrói um negócio ali com cimento, a gente tem mulher que capina, a gente tem mulher advogada, a gente tem as mulheres, enfim, de várias, de várias linhas de frente, de várias posições sociais, de várias profissões que estão aqui pelo mesmo fim, lutando por uma sociedade mais igual, uma sociedade que não viva em cima da operação da mulher, porque hoje o capitalismo se sustenta com a opressão da mulher. (Narradora Géssica, 2022)

Paisagens não dominantes, como é o caso da que conforma a Casa de Referência Mulheres Mirabal e que se diferem da paisagem da elite financeira, podem se identificar com o que Paulo Reyes, Daniele Caron e Daniela Cidade (2020) chamam de “paisagens da luta diária e cotidiana” que são territórios que se organizam a partir da lógica de todos aqueles que desafiam a lógica universalista da cidade e trazem outras práticas de projeto e planejamento, em outras palavras, outras formas de fazer cidade.

Então, assim, a Mirabal, eu acho que a gente trazer O Olga para o Rio Grande do Sul foi uma coisa muito importante, histórica. E trazer a Mirabal para Porto Alegre eu também acho que é um marco, assim. É, porque a gente não vê isso na América Latina, a gente recebe companheiras de outros países para absorver um pouco do que que é essa luta. Então a gente, a gente sente uma responsabilidade grande assim, de estar fazendo escolas, sabe? (Narradora Nana, coordenadora).

Sem o apoio do Estado no combate às violências de gênero, os corpos das mulheres se tornam também políticos: “um tecido que é agredido e que precisa se defender e que, ao mesmo tempo, se refaz nesses enfrentamentos, que persevera enquanto tece alianças. Mais ainda: com isso, estamos diante de uma complexificação da noção de território e de corpo” (GAGO, 2020, p.109).

“A caça às bruxas nunca terminou de fato, mas as mulheres nunca deixaram de resistir”¹⁵.

Federici (2017, p.334), entende que a sociedade capitalista e patriarcal, desde sua ascensão, instaurou uma verdadeira guerra contra às mulheres, nomeada de caça às bruxas em “(...) uma tentativa coordenada de degradá-las, de demonizá-las e de

¹⁵ Frase da Silvia Federici.

destruir seu poder social”. O momento atual no Brasil, não é diferente. A organização e resistência das mulheres às violências, desacomodam as estruturas existentes e fazem ascender uma nova caça às bruxas, a qual deve ser mapeada: “trata-se de pôr à prova a atualização da caça às bruxas como hipótese política mapeando quais são os novos corpos, territórios e conflitos sobre os quais essa caça se pratica.” (GAGO, 2020, p.75) Apesar da inegável importância do serviço prestado e de já ter acolhido/abrigado centenas de mulheres, a CRMM vem lutando judicialmente desde o seu início contra as diferentes violências institucionais sofridas. Além das tentativas de reintegração de posse, também ocorreram cortes no fornecimento de energia elétrica, autos de infração, ameaças de interrupção do serviço e de fechamento sob a alegação de que o espaço é inadequado para abrigar e acolher mulheres. Todos esses ataques protagonizados pelo Estado foram veiculados na mídia local, o que reforça uma tentativa de distorção e enfraquecimento da CRMM como força coletiva. Contudo, ao longo do meu processo de ser-corpo desse todo, foi possível perceber que nos momentos de maior fragilização e ataques à CRMM, ocorre uma maior união de forças contra todas essas violências, sobretudo no que diz respeito a contar com o apoio da sociedade civil, que não só reconhece a importância, como busca contribuir para que o espaço continue existindo.

(...) e a gente vê assim o quanto de violência, falava da violência institucional também, não é? a gente tem vivido também neste momento, não é? Hmm, porque a prefeitura está nos atacando de diversas formas, não é? inclusive muitas vezes utiliza a mídia para deslegitimar, o nosso movimento, enfim... E eu acho que eu trouxe também um pouco da experiência de como foi é a própria experiência de negociação, da Mirabal da Duque para gente conseguir esse processo de ter um outro espaço, de ter uma negociação e de evitar uma reintegração de posse, porque a gente viveu uma reintegração de posse bem violenta da Lanceiros Negros, né? que foi no feriado de Corpus Christi, em junho de 2017 e foi televisionado e saiu em diversas redes, enfim... e como tanto a Mirabal foi importante para acolher as mulheres que foram despejadas, para ser um ponto de apoio, porque muitas doações chegaram para a Mirabal, para as famílias da Lanceiros, muita solidariedade da população, não é? de Porto Alegre e ao mesmo tempo o impacto que teve no projeto de negociação, não é? De a própria Brigada Militar dizer “olha, nós não vamos reintegrar essa casa, são mulheres, são mulheres vítimas de violência...” e eles estavam meio que já dizendo “olha, a gente age com violência e nós não vamos fazer essa reintegração, porque esse é o nosso método” e eles não tinham mais condições de bancar mais uma, né? (Narradora Priscila Voigt, ex-coordenadora, 2022).

Após muita resistência e várias tentativas de negociação com gestores públicos do Município de Porto Alegre e do Estado, foi feito, em 2018, um acordo com as militantes do Movimento Olga. A ideia era que a Prefeitura de Porto Alegre cedesse o imóvel da antiga Escola Benjamin Constant¹⁶, no bairro São João, Zona Norte da capital, fechado e sem uso há aproximadamente dois anos para que fosse desocupado o imóvel do Centro Histórico. Todavia, a prefeitura nunca oficializou a mudança da Casa de Referência para o outro imóvel, o que poderia, caso acontecesse a reintegração de posse do imóvel do Centro Histórico antes de viabilizar outra alternativa, interromper

¹⁶ A escola Estadual Benjamin Constant foi fechada junto a mais seis escolas de Porto Alegre. CHAGAS, Angela; HARTMANN, Marcel. Com queda nas matrículas, governo estadual fechará seis escolas em Porto Alegre em 2018. GZH, 19 jan de 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2018/01/com-queda-nas-matriculas-governo-estadual-fechara-seis-escolas-em-porto-alegre-em2018cjm07uof02r701ke95s8erph.html>. Acesso em: fevereiro de 2023.

o serviço e o trabalho que estava sendo realizado. Assim, logo após a Prefeitura de Porto Alegre recuar nas tratativas, em 7 de setembro de 2018, as mulheres do MMOB no Rio Grande do Sul decidiram realizar uma nova ocupação nessa escola oferecida pelos gestores públicos e passaram a acolher nesse novo endereço.

Embora o aparelho do Estado como um todo possa seguir na constante tentativa de desmonte desse corpo-território que rompe com o sistema capitalista e patriarcal, a Mirabal é lugar de materialização do antagonismo entre ataques *versus* resistência. Na concepção de Gago (2020), as táticas de resistência e sobrevivência, se dão, sobretudo, por meio das alianças como “(...) tecido político construído pacientemente em temporalidades e espaços que não costumam ser reconhecidos como estratégicos, formulam uma nova estratégia de insurreição entre os historicamente considerados não cidadãos do mundo” (GAGO, 2020, P.272).

Como contraponto, há uma desacomodação das estruturas hegemônicas de poder – uma disputa que perpassa desde o discurso até o corpo, até as práticas que geram incômodo, pois se constroem em um não-silenciamento e ganham uma notoriedade:

O território como corpo é um espaço de interação cotidiana, histórica, material e simbólica em disputa. Um bastião fundamental para sua defesa é a voz, as práticas de resistência e as estratégias individuais e comunitárias que as mulheres organizadas colocam sobre a mesa quando sentem ameaçadas sua, seu trabalho, seus saberes e seus espaços (HERNÁNDEZ, 2019, p. 58, tradução nossa).

Nessa perspectiva, a pauta levantada em favor do combate à violência contra a mulher, costuma trazer um afastamento da noção de “invasão” da propriedade privada, posta em segundo plano por parte da sociedade que acaba conhecendo a luta que se conforma na CRMM, sensibilizando e possibilitando que se tenham alianças diversas.

Para quem vai, quem conhece a Mirabal, acaba se reencontrando, acaba achando o espaço que tipo é... Bah! Não tem quem vai lá e tipo “Bah, que trabalho massa, sabe? quero vir aqui, quero ajudar” eu acho que vai trazer um outro sentido para vida... (Narradora Natanielle, 2022).

Reflexões finais: sobre ocupar e suas ressonâncias no território.

No desenvolvimento da pesquisa, período de contato direto com a ocupação, foi possível perceber que a pauta da violência de gênero, costuma trazer um afastamento da noção de “invasão” da propriedade privada, posta em segundo plano por quem acaba conhecendo a luta que se conforma na CRMM, além de sensibilizar e possibilitar que se tenham alianças diversas. Isso significa, portanto, a desacomodação das estruturas hegemônicas de poder – uma disputa que perpassa desde o discurso até o corpo, das práticas que geram incômodo pois se constroem em um não-silenciamento e ganham uma notoriedade:

O território como corpo é um espaço de interação cotidiana, histórica, material e simbólica em disputa. Um bastião fundamental para sua defesa é a voz, as práticas de resistência e as estratégias individuais e comunitárias que as mulheres organizadas colocam sobre a mesa quando sentem ameaçadas sua vida, seu trabalho, seus saberes e seus espaços (HERNÁNDEZ, 2019, p. 58, tradução nossa).



Figura 2 - Ato em resposta às ações do Ministério Público contra a Mirabal (Dez/2021).
Fonte: Acervo da Mirabal/ Editada pela autora.

Foi diante das ameaças de reintegração, de fechamento da casa, dos ataques contínuos da prefeitura e do Ministério Público que se nota o maior engajamento de mulheres de dentro e fora do movimento. Sob ameaça, é quando fortalecemos os laços que nos unem. A não-existência da Mirabal representaria uma perda enorme na vida das mulheres que vivem na cidade de Porto Alegre e no seu entorno, pois é um ponto lido, nas palavras das narradoras, como um lugar de refúgio, como um divisor de águas em suas vidas e como um lugar de reconstrução, onde nos damos conta que não estamos sós e que é possível acolher e salvar vidas mesmo com poucos recursos. A imagem do corpo-território como campo da batalha nos revela inúmeras disputas e tensionamentos existentes no momento presente que nas palavras de Gago (2020) assinalam um campo de forças que pode ser lido a partir da conflituosidade.

Até 2020, tinham sido realizadas apenas três ocupações pelo Movimento de Mulheres Olga Benario. Com a chegada da pandemia da COVID-19 no Brasil e fez com que os casos de violência doméstica, que já vinham crescendo nos últimos anos, aumentassem ainda mais. O distanciamento social e o isolamento no ambiente doméstico para conter o avanço do vírus fez com que muitas mulheres fossem obrigadas a conviver de forma intensa no âmbito privado com seus agressores, os quais são, na maioria das vezes, seus cônjuges ou companheiros. No país, durante o ano de 2021, em média uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 7 horas, contabilizando 1.319 homicídios (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022).

Diante dessa situação, as militantes perceberam uma emergência em expandir essa rede de acolhimento. Hoje, as ocupações estão presentes nas quatro regiões do país, demonstrando a capacidade desse corpo território em ressoar e compor outras lutas e outros territórios, mas com uma preocupação comum que é: ocupar pela vida das mulheres. A ausência não só de investimentos, como também de debates

acerca da necessidade de avançar nas políticas públicas e ações de combate às violências contra a mulher, faz com que as mulheres se articulem e se organizem sem o apoio institucional do Estado para encontrar soluções coletivas de proteção à vida e reivindicação de direitos. Assim, as reflexões seguem a partir dessa busca por alternativas para além da lógica capitalista e patriarcal.

No MMOB, as mulheres acreditam que ocupar, resistir e conquistar como um dos caminhos para a verdadeira emancipação das mulheres na luta pelo fim do patriarcado, sendo necessária a união e organização na luta em defesa e para ampliação de seus direitos. Ademais, as militantes do movimento consideram que as casas de referência são a concretização do que elas acreditam para o feminismo.

A organização e resistência coletiva da Mirabal agrega forças a uma luta urbana situada em Porto Alegre, que tem passado por uma sequência de gestões neoliberais que tratam a cidade como mercadoria. A cidade está à venda, os espaços públicos estão sendo concedidos a iniciativa privada, os imóveis públicos quando não estão abandonados, estão à venda.

O que vemos na CRMM é um território em disputa, tomado por tensões, rompimentos e abalo das estruturas tradicionais de poder que amplia os territórios antes confinados ao espaço doméstico e que expandem a luta política. De perto é possível observar a luta das ocupações urbanas feministas as quais se constituem como espaços de organização e formação política, de construção de estratégias para combater as violências do sistema capitalista patriarcal contra as mulheres. Pouco a pouco vamos configurando uma outra lógica não só de existência, mas de produção do espaço urbano em que tenhamos e consigamos manter esse “ponto de poder das mulheres na cidade”.

Ocupações como a Casa de Referência Mulheres Mirabal tem um caráter pedagógico no espaço urbano: um imóvel público vazio é ocupado para acolher e abrigar mulheres vítimas de violência e cumpre a função social que o Estado se recusa a fazer. As mulheres do Movimento Olga tomam as ruas para denunciar o descaso, a ausência de diálogo, a violência institucionalizada que todas nós sofremos. Cobram uma posição. Conquistam seu lugar e marcam o cenário político de Porto Alegre. Resistem como corpo e como território. Como levante, dizem não ao modelo de cidade-mercadoria e gritam em alto e bom som que ocupam pela vida das mulheres.

Agradecimentos

À CAPES, pelo financiamento dos dois anos e meio de bolsa, viabilizando o desenvolvimento dessa pesquisa.

Referências

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland; GREIMAS, A. L.; BREMOND, Claude; ECO, Umberto; GRITTI, Jules; MORIN, Violette; METZ, Christian; TODOROV, Tzvetan; GENETTE, Gérard. *Análise estrutural da narrativa*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 19-62.

CABNAL, Lorena. Acercamientos a la contrucción de la propuesta de pensamiento epistemológico de mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya-Yala. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. ACSUR, 2010, p. 11- 25.

CABNAL, Lorena. *Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política*. Pac Instituto, 2019. Disponível em: <https://pacsinstituto.medium.com/defender-o-territ%C3%B3rio-terra-e-n%C3%A3o-defender-o-territ%C3%B3rio-corpo-das-mulheres-%C3%A9-uma-incoer%C3%Aancia-4ec7621e790b> Acesso: fevereiro 2023

CARON, Daniele. *El estudio del paisaje como clave interpretativa del territorio a través de las narrativas para la planificación urbana y territorial*. Paraty, Rio de Janeiro, Brasil como caso de estudio. Tesis de doctorado. Barcelona, Cataluña: Universidad Politécnica de Cataluña, Departamento de Urbanismo y Ordenación del Territorio, 2017. 477 p.

CARON, Daniele; TAVARES, B. B. ; MARINHO, B. R.; Ela fala, eu escuto: prefigurações urbanas do devir-mulher. 13. *Revista Projectare: O Lugar da Teoria nas Praxis Arquitetônica e Urbanística Contemporâneas*, Pelotas: UFPel, 2022.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *A História Oculta da fofoca*. São Paulo: Boitempo, 2019. Disponível em: https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2019/12/minilivroboitempo_a-histc3b3ria-oculta-da-fofoca_silvia-federici.pdf Acesso em: nov.de 2022.

GAGO, Verônica. *A Potência Feminista ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Elefante, 2020.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, Dec. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2019-4612>. Acesso: 18 maio 2021.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. *Mujeres Transformando Mundos AC y Miradas Críticas el Territorio desde el Feminismo*. Disponível em: <https://miradascriticasdelterritoriodesdeelfeminismo.files.wordpress.com/2015/11/comunalidad-cruz.pdf> Acesso em: jan. 2023.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Coords). *CUERPOS, TERRITORIOS Y FEMINISMOS: Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas*. Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. Ediciones Abya-Yala. Quito-Ecuador, enero de 2020.

hooks, bell. *Teoria Feminista: Da Margem Ao Centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. *Educação*. revista quadrimestral. Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 404-411, set.-dez. 2016 Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/21690> Acesso: setembro 2022.

LACERDA, Larissa.; GUERREIRO, Isadora.; SANTORO, Paula. *Avanços e armadilhas da aprovação do auxílio aluguel para mulheres em situação de violência doméstica*. Labcidade, 2021. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/avancos-e-armadilhas-da-aprovacao-do-auxilio-aluguel-paramulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/> Acesso: 4 jun. de 2021.

MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENARIO. *Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benario*. Brasil, 3ª ed., 2021.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino: desde el feminismo comunitario*. La paz: Mujeres creando, Cooperativa El Rebozo, 2010.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*, V. 9, no 18, p. 9-18. São Paulo, Ago-Set 1989.

REYES, Paulo; CARON, Daniele; CIDADE, Daniela. Narrar por projetos. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva; CERASOLI, Josianne Francia (Orgs). *Nebulosas do Pensamento Urbanístico – Tomo III Modos de narrar*, Salvador: EDUFBA, 2020. Pp. 254-271.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. In: JARDIM PINTO, Céli Regina e GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (org.). *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para a renda, paisagens para a vida. *Revista Indisciplinar*. Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 18-45, jul-out 2019.